

O desafio da democracia
The challenge of democracy
El desafío de la democracia

Alfredo Vieira¹

<https://orcid.org/0000-0003-0059-3320>

RECEBIDO: Maio, 2024 | **ACEITE:** Junho, 2024 | **PUBLICADO:** Junho, 2024

Como citar: Vieira, A. (2024). O desafio da democracia. *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 6(1). e060105. <https://doi.org/10.54580/R0601.05>

RESUMO

“O desafio da democracia” é um trabalho que visa aprofundar os conceitos elementares da democracia, no âmbito da sociologia política, mas com um foco bastante direcionado para professores, já que estes é que são os seus ‘verdadeiros’ artífices, os grandes construtores da sociedade. O objectivo deste trabalho é mostrar como o trabalho do professor molda, muito, a sociedade que se projecta. Por isso devem conhecer um pouco mais de democracia já que ela é objecto de aprendizagem; ela cresce com a escola. Apresentam-se conceitos importantes que podem fazer entrar ‘com os pés no chão’ naquilo que é democracia, que deve concretizar-se no quotidiano dos cidadãos. Sendo uma investigação eminentemente bibliográfica, apresentam-se os pontos de vista de autores de várias escolas e geografias diversas, que encaminham para esse desiderato. Do ponto de vista metodológico foram marcantes foram os métodos racionais dedutivo que parte do raciocínio geral para o particular e o indutivo que vai das particularidades embocando nas generalizações. Tivemos algumas comparações e em alta consideração o histórico-lógico. Os resultados se concretizam partindo das três abordagens: 1. Ponto de partida da percepção da democracia, onde se evidenciam conceitos importantes para efectivação dessa realidade; 2. Lembrar Lincoln, Churchill, Schumpeter..., onde se apontam pontos de vista diferentes mas que levam a perceber concretamente o que é a realidade democrática na vida do dia-a-dia; 3. Angola democrática, onde se procura fazer uma pequena incursão na história de Angola que a partir de 1991 fez a sua opção para o sistema político que procura ter a soberania na vontade do povo.

Palavras-chave: democracia, vida, governo, educação, história de Angola.

ABSTRACT

“The challenge of democracy” is a work that aims to deepen the elementary concepts of democracy, within the scope of political sociology, but with a focus very much on

¹ Doutor em Ciências Sociais (especialidade em Sociologia Política), Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo, Angola. vieiracssr@gmail.com

teachers, since these are the 'true' artisans, the great builders of democracy. society. The objective of this work is to show how the teacher's work greatly shapes the society that is projected. Therefore, they should know a little more about democracy as it is an object of learning; she grows with school. Important concepts are presented that can help people enter "with their feet on the ground" what democracy is, which must be implemented in the daily lives of citizens. Being an eminently bibliographic investigation, the points of view of authors from various schools and different geographies are presented, which lead towards this aim. From a methodological point of view, the rational deductive methods that start from general reasoning to the particular and the inductive one that goes from particularities to generalizations were remarkable. We had some comparisons and gave high consideration to the historical-logical aspect. The results are achieved based on three approaches: 1. Starting point for the perception of democracy, where important concepts for implementing this reality are highlighted; 2. Remember Lincoln, Churchill, Schumpeter..., where different points of view are pointed out but which lead to a concrete understanding of what democratic reality is in everyday life; 3. Democratic Angola, where we seek to make a small foray into the history of Angola, which from 1991 onwards made its choice for the political system that seeks to have sovereignty in the will of the people.

Keywords: democracy, life, government, education, history of Angola.

RESUMEN

"El desafío de la democracia" es una obra que pretende profundizar en los conceptos elementales de la democracia, en el ámbito de la sociología política, pero con un enfoque muy centrado en los docentes, ya que estos son los 'verdaderos' artesanos, los grandes constructores de la democracia. sociedad. El objetivo de este trabajo es mostrar cómo la labor del docente moldea en gran medida la sociedad que se proyecta. Por lo tanto, deberían conocer un poco más sobre la democracia como objeto de aprendizaje; ella crece con la escuela. Se presentan conceptos importantes que pueden ayudar a las personas a entrar "con los pies en la tierra" en lo que es la democracia, que debe implementarse en la vida cotidiana de los ciudadanos. Al ser una investigación eminentemente bibliográfica, se presentan los puntos de vista de autores de diversas escuelas y diferentes geografías, que conducen hacia este objetivo. Desde el punto de vista metodológico, fueron destacables los métodos deductivos racionales que parten del razonamiento general a lo particular y el inductivo que va de las particularidades a las generalizaciones. Hicimos algunas comparaciones y prestamos mucha atención al aspecto histórico-lógico. Los resultados se logran a partir de tres enfoques: 1. Punto de partida de la percepción de la democracia, donde se destacan conceptos importantes para la implementación de esta realidad; 2. Recordar a Lincoln, Churchill, Schumpeter..., donde se señalan puntos de vista diferentes pero que conducen a una comprensión concreta de lo que es la realidad democrática en la vida cotidiana; 3. Angola Democrática, donde buscamos hacer una pequeña incursión en la historia de Angola, que a partir de 1991 optó por el sistema político que busca tener la soberanía en la voluntad del pueblo.

Palabras clave: democracia, vida, gobierno, educación, historia de Angola.

Introdução

O tema da democracia é um daqueles antigos, mas sempre novos, sempre actuais, justamente porque existem sempre novas abordagens e também novos desafios. De facto, se alguns pensam que está em crise ou já ultrapassado, outros têm-no ainda como algo a descobrir e de grandes respostas para os desafios actuais das sociedades. Talvez disto também depende o conceito que se tem dela e os contextos, em alguns casos, que algum sistema (modelo) democrático nos põe a viver. Mas ela, em qualquer situação, só tem valor quando se refere, ou tem implicações na vida do dia-a-dia, particular e colectiva. Por isso, nos parece sempre oportuno lembrar as dimensões prescritiva e descritiva, pois ela não é só forma de governo, mas sobretudo um estilo de vida; não basta a voz de algum comando dizer que se é democrático para efectivamente sê-lo. É preciso, portanto, senti-lo na vida de cada dia dos cidadãos.

Para a sociedade angolana, além de tudo, é também um desafio pela história particular da sua trajectória, entre colonização, governo comunista, guerra, analfabetismo, etc., que viveu. Ainda uma grande parte da população está marcada por estas realidades. Mas, como é preciso assimilar a democracia como vida, portanto, é preciso projectá-lo para um melhor futuro de Angola. E queiramos ou não, a alavanca para isso é a educação, a escola. De facto, a 'desescolarização' é um impedimento, pois que não se faz democracia com analfabetismo. A escola capacita para se perceber a verdadeira humanidade.

A visão de autores conceituados dos mais diversos quadrantes da geografia mundial, com uma doutrina democrática firme, o crescimento 'real' deste sistema de vida e de governação, o que os juízos lógicos fizeram entender, partindo, inclusive de comparações, enfim, a percepção da globalização, mas com os pés no próprio contexto histórico, etc., leva a aferir elementos fundantes subsidiários para um bom trabalho do professor na construção da Angola democrática.

Vários outros métodos serviram de suporte à investigação tais como o método histórico que consistiu em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, já que os factos históricos guardam consigo conhecimentos que ajudam a aclarar factos actuais; no comparativo se realizaram comparações com o objectivo de verificar semelhanças e explicar divergências; no histórico-lógico se avaliou criticamente vestígios históricos com o propósito de estabelecer uma interpretação e compreensão válidas e precisas dos factos e acontecimentos passados; o método dedutivo que parte do raciocínio geral para o particular e o indutivo que valendo-se da razão parte das várias particularidades e emboça nas generalizações também foram pertinentes.

1. Ponto de partida da percepção da democracia

Este é um tema muito importante, já que temos presente o papel dos professores na construção da sociedade. Para se construir a Angola que se idealiza (que se quer) é importante saber um pouco de democracia, e de teorias sobre tal sistema de governação e de vida. A democracia é o sistema político que a grande maioria dos países (actualmente) procura adoptar na organização das suas sociedades. Não é por

acaso que mesmo países ‘totalitários’ se querem apresentar muitas vezes como democráticos.

Como dado elementar, mas também curioso, e tomando o grande politólogo Giovanni Sartori (1994), começamos por dizer que o termo *demokratía* foi cunhado há mais de 2.400 anos, em Atenas (Grécia), pelo político Clístenes, a quem chamam de pai da democracia ateniense. Mesmo que também lembra: diz-se, frequentemente, que Heródoto foi o primeiro a usar o termo ‘democracia’. Na verdade, porém, o termo não aparece em seu texto, apenas em suas traduções. Mas nele encontramos de facto uma sociedade política comandada pelo *demos* ou por muitos, em nítido contraste com a monarquia ou a oligarquia.

Desde então, embora tenha desaparecido durante um intervalo muito longo, continuou a fazer parte do vocabulário político. Mas, num período de vida tão longo, a palavra ‘democracia’, naturalmente, foi adquirindo diversos significados, relativos a contextos históricos diferentes. Deste modo, com o passar do tempo, tanto seu uso denotativo quanto o conotativo mudaram. Seria estranho se não tivesse sido assim. Por isso, é surpreendente a pouca atenção dada ao facto de o conceito actual de democracia ter apenas uma vaga semelhante com o conceito desenvolvido no século V antes de Cristo. Quando se usa a mesma palavra, se é facilmente levado a acreditar que se está a referir à mesma coisa, ou a algo parecido. Entretanto, com respeito a ‘democracia’, isso implica passar por cima de mais de dois mil anos de mudanças.

Tomando ainda os estudos Sartori, resumidamente, pode-se dizer: o termo democracia está para alguma coisa. Mas o facto de ter um significado literal ou etimológico (*demos* = o povo + *kratos* = o governo), não nos ajuda em tudo compreender que realidade é e como são constituídas e funcionam as democracias possíveis. Não nos ajuda porque entre a palavra e a realidade (seu referente), entre o nome e a coisa, a distância parece longa. Mesmo que o nome nos pode levar a um efeito normativo. Assim é claro que o problema de definir a democracia se duplica, pois de um lado a democracia requer uma definição prescritiva (partindo já daquilo que o termo em si indica ou significa) mas por outro não se pode ignorar a definição descritiva (aquilo que se vive na realidade concreta de uma sociedade). Portanto, sem verificação a prescrição é “irreal”, mas sem ideal a democracia “não é” (SARTORI, 2000). Por isso para cimentar uma ideia concreta, pode-se valer dos três princípios que Sartori (1992) indica: a legitimidade democrática exige que o poder venha do povo e se funde no consenso verificado dos cidadãos; deve ser uma experiência da comunidade política concreta; ela é primeiramente um ideal, isto é, deve ser aperfeiçoada com as várias experiências da comunidade política. Portanto, na sua visão, para a existência da democracia é preciso juntar as definições “prescritiva” e “descritiva”. A definição prescritiva ou normativa é a que deriva estritamente do significado literal do termo (poder do povo); e a descritiva apresenta o que a democracia é no mundo real de hoje, que quase não se faz menção ao povo, onde a grande base são os partidos e as suas competições. Assim, existirá democracia quando estes dois elementos se interpenetrarem.

É por isso que tendo presente tal realidade, repetimos bastantes vezes aos nossos alunos: “sem democracia a Democracia não funciona”. Escrevendo propositadamente a primeira palavra “democracia” com letra minúscula (com o **d** minúsculo) e a segunda “Democracia” com letra maiúscula (com **D** maiúsculo), queremos referir que para existir e funcionar um verdadeiro sistema político democrático a base tem que ser os valores

humanos (e éticos) da sociedade. O sistema político democrático não nasce porque, por exemplo, o Presidente da República, um ministro de Estado, ou outro dirigente afirmou que o país agora é democrático. Aqui não existem ‘coisas’ automáticas e muito menos milagres humanos. Portanto, se não existirem direitos humanos, que para Buonomo (1997) é mesmo *conditio sine qua non*, justiça, liberdade, transparência, comunicação e *mass media* livres, não corrupção, bem comum, boa educação, desenvolvimento sustentável, água potável, saneamento básico, luz..., a democracia não acontece. Percebe-se, assim, que democracia é, sobretudo, um estilo de vida. É, portanto, algo que tem a ver com o que se vive, com o que se aprende e se assimila. Assim está patente o problema da educação, das aprendizagens e das vivências. Mas, claro, ela é também um sistema político de governação, que tem regras e arte próprias para governar a sociedade, através das suas instituições. Sartori (1994) chega a afirmar que a democracia é o “sistema das leis”, porquanto sem leis não pode existir democracia. E estas são constantemente actualizadas, já que a vida é sempre dinâmica também. A democracia nunca pode ser ‘fazer o que cada um quer’, mas o que deve fazer a fim de que a sociedade cresça. E toda a sociedade deve estar organizada. E as leis escritas ou não facilitam tal situação. As sociedades democráticas devem estar bem organizadas, com leis justas (humanas), para facilitar a convivência humana de todos.

2. Lembrar Lincoln, Churchill, Schumpeter...

Tomamos estas figuras clássicas, homens da política, só a título indicativo e para nos ajudar na reflexão sobre aquilo que efectivamente deve ser democracia, que não é algo simplesmente de teorias, mas que tem a ver com a vida concreta do dia-a-dia, com o compromisso de cada um dos cidadãos e, sobretudo, com o seu trabalho, na construção da sociedade que se quer.

Abraham Lincoln foi um político norte-americano que serviu como 16º Presidente dos Estados Unidos da América (1861-1865). Sabe-se que governou os USA numa altura de grande crise interna, mas que foi bem-sucedido. Hoje quando se fala de democracia, este nome aparece muitas vezes ligado à sua famosa frase “democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo”. De facto, foi em Gettysburg, que a 19 de Novembro de 1863 no final de um discurso de ‘fim da Guerra Civil’ que Lincoln fez soar tais palavras, que ficariam famosas.

Porém, muitas vezes tais palavras, e sobretudo o seu significado real, pelo menos como foi pensado, são instrumentalizadas e ‘falsificadas’ para justificações não bem-intencionadas por determinados políticos e partidos. Muitas vezes tais palavras até são usadas em contextos (quase) adversos do original. Lo Presti (2011) adverte para tal ‘perigo’ dizendo que muitas vezes tais palavras servem simplesmente como sofismas e não condizem com muitas realidades onde são pronunciadas.

De facto a condição natural e de grande pobreza do povo de ‘certos mundos’ (de Angola também!) não se lhes dá nenhuma hipótese sequer de verdadeira participação da ‘coisa’ pública, da *respublica*. É que existem situações tão precárias em realidades que se querem definir ‘democráticas’ que se duvidam de qualquer ‘possibilidade de participação’ real de muitas pessoas, consideradas o tal povo. A pobreza material, intelectual e espiritual é tanta que já não existem condições de qualquer contributo do

povo. Assim será levado a balbuciar palavras, ou a ter atitudes, que de maneira nenhuma conhecem, mas que são tecidas (dolosamente) pelos poderosos. Ou podem servir simplesmente para, de maneira enganosa, justificar-se a desumanização que acontece em grande parte da população. Em linguagem humana real tal grande franja do povo não tem condições de realmente dizer algo com sentido (e realizável) nesse mundo. As pessoas são enganadas e não percebendo o mal a que estão sujeitas. Aliás, em muitas situações a pobreza é tal que mesmo os 'instruídos' dessa sociedade (às vezes até com algum título universitário) não conseguem ver a realidade, o que está diante de si. E o mais triste ainda nisto é que os tais 'instruídos' de tanto ignorantes que são, se limitam a repetir chavões (como este) memorizados mas sem nada entenderem e fazendo as jogadas e batendo palmas até a favor dos seus algozes. Talvez por isso, também, nos nossos dias, Coelho (2020) vem dizer que pelo menos se deve lutar para se conceber que a essência da democracia se baseia em escolhas feitas em benefício do povo, qualquer conduta que contrarie essa essência torna a democracia 'parcial' e não podemos admitir a existência de 'meia' democracia. E lembrando o filósofo americano Reinhold Niebuhr remata: "a capacidade do homem para a justiça faz a democracia possível, mas a inclinação do homem para a injustiça faz a democracia necessária".

Portanto, quisemos essa referência a Lincoln para a advertência das linguagens que podem existir na criação de democracias e no valor escola e da educação. Pois que o analfabetismo e a falta de instrução é um grande empecilho para a democracia. Gostamos de repetir muitas vezes nas aulas, para despertar os estudantes, que não se pode fazer democracia com analfabetismo. A falta de instrução é realmente um impedimento que a torna irreal. A cidadania, que significa também a concretização dos direitos humanos, dentre os quais o conhecimento real da sociedade é o sustentáculo da democracia, porque se trata de um sistema exercível por todos.

Winston Leonard Spencer Churchill foi um militar, estadista e escritor britânico que serviu como Primeiro-ministro do Reino Unido de 1940 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, e novamente de 1951 a 1955. No discurso que fez para o Congresso Americano no dia 19 de Maio de 1943 ficou famosa a sua visão sobre democracia, expressa mais ou menos nestes termos: "a democracia é um sistema político imperfeito. Mas de todos os poderes políticos já experimentados este é o melhor" (a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo da história). Este dito pode ser um pouco mais esclarecido no Dicionário de Jay (1999). Mas esta parece ser uma indicação muito realista. De facto, os poderes políticos são obra dos homens. E o homem sendo limitado, o fruto das suas invenções também é limitado, imperfeito. As muitas arrogâncias que às vezes se experimentam, acompanhadas até ao fim se percebe a sua vanidade. Mas longe de se imaginar uma estagnação do estádio onde se está por isso. Aliás, a vida é sempre um sonhar mais e lutar para o perfeito.

De facto devemos saber que em todo o mundo democrático se procura aperfeiçoar o que se tem, tanto leis como maneiras particulares de viver, de relacionamentos, organizações e instituições da sociedade, etc. É mesmo por isso, também, que se fazem estudos e investigações no sentido de se melhorarem as conquistas da humanidade e da democracia nas sociedades. E, neste particular, existem vários

índices para 'quantificar' as democracias nos vários países. Um dos mais famosos é o criado em 2006 pela *Economist Intelligence Unit* da revista *The Economist* para examinar o estado da democracia dos países, com base em cinco critérios: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis.

Como o homem é o eternamente insatisfeito, tal é mesmo a condição humana, e já que a perfeição não é deste mundo, ele vai trabalhando para melhorar esse tal 'imperfeito', mesmo que consciente das contingências. Churchill aparece como um incentivo a se buscar e trabalhar sempre, a procurar avançar sempre, apesar dos contratemplos, intempéries, contradições, aproveitamentos, etc. O dito deste político é o desafio de arregaçar as mangas e caminhar, já que parece estar implícito nele também a preocupação de saber se as actuais democracias podem ser chamadas de democracias, pelo menos como se apresentam.

Os países novos que estão a fazer opção pela democracia e as antigas democracias, todos têm o seu percurso por fazer. Assim, os novos devem ser incentivados e aprender pelas buscas que os mais antigos fizeram e fazem e desta maneira se assimila o realismo da democracia como algo que está ao alcance do homem, aliás, que o génio humano inventou. E os antigos vão melhorando aquilo que são, pois sabem que a democracia nunca é acabada. É sempre algo a construir. Não se deve esperar que se resolvam cabalmente todos os problemas e dificuldades da sociedade. E isto, também, como diz Del Negri (2020), porque se trata de uma realidade complexa em si mesmo. A democracia é complexa e exige uma série de decisões para a sua compreensão. Também pelo facto de se ver nos dias de hoje ser um regime de instituições, que nega ser um regime de pessoas isoladas. É importante nesta situação perceber as lutas e as novas conquistas dos povos para a direcção que se pensa melhor no sentido de melhor concretização dela. Os lugares de excelência na classificação de melhores democracias vão-se conquistando. Nada se é suposto e para se tornar verdadeiramente cultura de cada povo que a escolhe como o seu sistema político de governação.

Enfim, poderíamos fazer, ainda, alguma reflexão em torno **Joseph Alois Schumpeter**. Uma visão um pouco diferente destas duas, mas que também ajuda a perceber o que se deve saber 'concretamente' de democracia, para não se ficar simplesmente em falácias sobretudo de políticos que se querem aproveitar da muita ignorância do povo, é o contributo do austríaco Schumpeter (1883-1950). O seu grande contributo vem da obra sua "Capitalismo, socialismo e democracia" ([1942] 1984).

Para percebê-lo um pouco mais, podemos, além da sua grande obra, socorrer-nos dos estudos de José Carlos Costa e Eduardo Henrique Lopes Figueiredo (2019) e de Arlindo Palassi Filho (2018).

Schumpeter diz que a democracia não está voltada ao governo do povo, mas às elites que estão no poder. O seu estudo quer expor à compreensão os limites das teorias clássicas da democracia frente a conceitos como interesse público e bem comum, perfeitamente manipuláveis através de técnicas semelhantes às propagandas comerciais, diante da irracionalidade e incapacidade de julgamento do eleitorado, para propor a actualidade da ideia de democracia como método. Critica a suposta racionalidade dos actores sociais e a chamada soberania ou vontade popular,

porquanto não são genuínas, visto que delineadas e influenciadas por outros indivíduos, além de que “o povo, como povo, não pode jamais governar ou dirigir realmente” (1984, p. 301). Afirma que muitas das decisões consideradas não democráticas podem ter um apoio popular muito maior do que aquelas avaliadas como democráticas. Para ele, o governo não deve ser regido ou conduzido pelo povo, mas apenas assentido e aprovado pelo povo, visto que as pessoas comuns, além de não terem interesses por assuntos políticos, não agem de forma racional. Os eleitores “frequentemente corruptos e muitas vezes até mesmo são maus juízes dos seus próprios interesses de longo prazo, pois apenas a premissa de curto prazo diz alguma coisa politicamente e apenas a racionalidade de curto prazo se afirma de modo efectivo” (1984, p. 326). Por isso faz-se necessário que as elites políticas liderem e administrem as democracias, formando governos e tomando as decisões políticas, restando ao povo um papel passivo.

Nas teorias democráticas, o povo, através de sua soberania, teria assegurada a garantia constitucional de poder expressar sua convicção racionalmente definida sobre assuntos de interesse público e de bem comum, através de representantes. Schumpeter critica dizendo que para já não existe algo que seja um bem comum unicamente determinado, sobre o qual todas as pessoas concorrem ou sejam levadas a concordar através de argumentos racionais. Isso se deve, basicamente, não ao facto de algumas pessoas poderem desejar coisas diferentes do bem comum, mas ao facto muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum está fadado a significar diferentes coisas. As relações sociais, entretanto, caracterizam-se pelo desejo particular de cada indivíduo de impor sua vontade aos demais. Inclusive quanto ao entendimento do que seria uma demanda social, diluída em uma diversidade de outras demandas instauradas segundo interesses próprios, de forma que, se apresenta possível encontrar uma multiplicidade conceitual do que possa ser considerado como vontade comum, bem comum, consenso de interesses e actuação racional do povo. Para podermos argumentar que a vontade dos cidadãos por si é um factor político merecedor de respeito, ela primeiro deve existir. Todos teriam que saber precisamente o que desejam. E tudo isso o cidadão típico teria de realizar por si mesmo e independentemente de grupos de pressão e da propaganda.

Enfim, parece ser isso o constatável, levando Bobbio (2015) a afirmar que ninguém tem condições de definir precisamente o interesse comum ou colectivo, a não ser confundindo interesses de grupo ou particulares com o interesse de todos.

3. Angola democrática

A partir de 1991 Angola opta pela democracia, o sistema político de governação que parece ser actualmente o condizente para os tempos modernos. Não é por acaso que quase todos os países (portanto, com raras excepções) se querem identificar como democráticos, mesmo não possuindo critérios mínimos para tal identificação. Muitos países, mesmo a olho nu, se percebe a contradição com indicadores mínimos de tal sistema.

Em Angola, apesar das várias pobrezaas, material e espiritual, também devido às várias conjeturas da sua história, muitos acreditam que as coisas não são assim tão fáceis de perceber. Nisto, Bobbio (1995) nos pode ajudar a perceber um pouco melhor, quando fala de definição mínima de democracia. Este lembra que existe uma condição mínima

de democracia quando existem três condições essenciais: 1) nas decisões colectivas participam de maneira directa ou indirecta um grande número de cidadãos; 2) existência de regras para decisão, partindo da regra da maioria; 3) os cidadãos têm a possibilidade de escolher entre alternativas reais e dispõem de liberdade necessárias para que estas alternativas possam ser escolhidas com um certo grau de consciência. Mas também não é uma coisa tão fácil de perceber, como podem iludir algumas vozes, talvez não muito atentas às complexidades da vida em qualquer sociedade. E também existe alguma literatura a falar de democracia já em várias zonas africanas e asiáticas mesmo antes da colonização.

Para o devido confronto científico talvez nos baste apresentar Amartya Sen (2010) e Giovanni Sartori (2020), para algum esclarecimento e desafios que podem ajudar a esgrimir argumentos e também evidências. É que tanto um como outro desafiam a pensar que democracia é algo a se aprender agora nos dias de hoje e não, simplesmente, a ter as coisas como dadas. De facto, se o mundo começou a falar de democracia há pouco mais de 2400 anos, esta é praticamente uma novidade em Angola, apesar de vozes discordantes neste pormenor.

Fala-se da história recente do país já que Portugal que colonizou o país durante quase cinco séculos não era democrático. De facto, acabamos de lembrar os 50 anos da democracia portuguesa, a 25 de Abril de 2024.

Com a proclamação da independência, em 1975, os novos dirigentes fazem opção por um regime de governação contrário a democracia, o Marxismo. Também o país entra imediatamente numa guerra civil, que efectivamente, só terminará em 2002, com alguns tempos breves de paz, a partir de 1991. Nessa altura também o índice de analfabetismo é elevadíssimo: cerca de 85% da população não tinha passado por qualquer escola. Os licenciados em Angola contavam-se pelos dedos das mãos (Ministério da Educação).

Finalmente com o evento Gorbachev e o fim da União Soviética (1989) se começa a falar de Democracia também para Angola. Abrem-se novas perspectivas para o país. Negoceia-se a paz e chega-se a um fim da guerra. Os Acordos de Paz de Bicesse (1991) trazem como uma grande novidade o desafio da construção do novo país na perspectiva multipartidária e democrática. Agora é necessário começar a fazer uma nova caminhada, começar por trilhar caminhos até há pouco proibidos e impensáveis de se projectarem. É preciso começar a criar a nova cultura angolana baseada nos princípios democráticos. E isso, naturalmente, leva o seu tempo, pois que o tempo e cultura não democrática vividas antes de desses acordos para os angolanos também foi longo demais.

Esta novidade, portanto, exige muito trabalho e mudanças de todos. Como Pinto de Andrade (2008, pp. 44-45) lembrou: “Os actores do antigo regime de partido único transitaram para o novo figurino ‘democrático’ sem interiorizarem qualquer conceito de necessidade de democracia que não a conjuntura de guerra civil interna e as exigências da nova onda internacional que varreu o planeta no final dos anos oitenta e início dos anos noventa; adormeceram um dia marxistas e acordaram no dia seguinte, democratas, a dirigirem e a controlarem inteiramente o processo de transição [...]”. Vê-se, com isso, que o esforço só tem de ser ingente já que os que se comprometeram na criação do novo sistema de governação tinham vivido experiências diametralmente opostas. Era muito claro que primeiramente os governantes deveriam aprender muito.

Mas o *demos* (o tal povo...) também não se deveria furtar dos novos aprendizados. Afinal não basta uma voz de comando dizer que somos democráticos e, como se fosse uma varinha mágica, acontecer a democracia. É preciso assimilar-se o que é democracia e torná-la vida na vida dos cidadãos.

A partir daquele 31 de Maio de 1991, o desafio começou a ser de todos, para todos. Sabe-se, entretanto, que depois das eleições de 1992, as primeiras na história de Angola, a guerra volta novamente ao país e talvez com muito mais intensidade! E isso foi até 2002, altura em que se assina o (Acordo) Memorando do Lwena. Só a partir de 4 de Abril de 2002 é que Angola alcança a paz definitiva para o país.

Mas a primeira Constituição da República de Angola só vai ser conhecida em 2010, com um modelo democrático 'fortemente' presidencialista (Pestana, 2011). Claro que houve sempre muita legislação a orientar o país para o sistema político que tinha sido escolhido em 1991. Nessa altura a Lei Constitucional (1991, citado em Lei de Revisão Constitucional, 2000), que entrara em vigor, dá orientações claras para o multipartidarismo e criação efectiva da democracia. Por exemplo, o Artigo 2º diz expressamente (*ipsis verbis*): "A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados". Em 1992 acontecem as primeiras eleições em Angola e de seguida é criado o Parlamento angolano que teve sempre 'muito' trabalho, com deputados dos vários partidos e coligações.

A Constituição da República de Angola, a Lei Magna do país, está toda eivada de referências a democracia, como sinal do desafio lançado para todos. O país e a democracia devem ser construídos pelos seus filhos. Por exemplo, o parágrafo 1º do Artigo segundo diz: "A República de Angola é um Estado democrático de direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa". Hilário (2014) confirmando o desafio lembra: o princípio democrático previsto na Constituição, estabelece que a participação do cidadão em Angola não se limita ao debitar periódico e secreto de votos (democracia representativa), para a eleição de representantes, como mera legitimação de quem exerce o poder político, porém, vai muito além, na participação activa e efectiva do cidadão nos processos de decisão (verdadeira democracia participativa).

Sobre a Constituição da República fizeram-se e fazem-se muitas críticas e apresentam-se muitas contestações, sobretudo em pontos onde é claro as muitas atribuições de poderes (exagerados) ao Presidente da República, principalmente. Alguns pensam que tem debilidades para a efectivação de uma verdadeira democracia. Pensamos que é perceptível que haja tais posições. Porém, também é verdade que nunca Constituição alguma de qualquer país satisfaz toda a gente. E em democracia isto até já é uma riqueza porque podem ser focos também de maior crescimento para todos. Afinal os cidadãos têm sempre muitas visões... Não existe Constituição perfeita em nenhuma parte do mundo e nem de consenso total. E, para Angola, na sua particularidade de história bastante atribulada e ainda com uma elevada percentagem da população analfabeta, não se podia oferecer ao público invenções descontextualizadas, uma

Constituição 'de sonhos'. Mesmo que de justiça para o mesmo povo também se poderia exigir algo mais, muitíssimo mais. Mas ela é, portanto, fruto do labor dos próprios angolanos que vivem num contexto próprio e real. Afinal a Constituição de um país qualquer não deve pura e simplesmente partir de 'cábulas' de outros contextos. É fruto do trabalho dos filhos desta terra, que, com certeza, tem muitos *deficits* intelectuais mas que faz a sua caminhada própria.

E a democracia em Angola vai crescendo, ainda que a passos lentos. Já temos um pouco de história de caminhada. Até já aconteceram vários pleitos eleitorais, 5 no total, para escolha de governo, em 1992, 2008, 2012, 2017 e 2022. Com muita ou pouca lisura, como a oposição partidária e vários quadrantes da sociedade civil têm denunciado, se vêm sucedendo tais pleitos e algumas vezes com pessoas diferentes (Sanches, Serra-Silva, Pacatolo e Boio, 2020). Vai-se aprendendo e aprofundando sempre um pouco mais de democracia. Afinal ela deve crescer com a vida dos seus cidadãos. Sabe-se também que ela não pode ser igual em todo o mundo e contextos. A democracia é tão rica e variada pois o génio humano inventou muitos modelos desse sistema político. Por exemplo, a democracia de Portugal é bem diferente da Espanha, Inglaterra ou da Suíça, etc. Quem 'manda' no Governo em Portugal é o Primeiro-ministro, enquanto na França é o Presidente, como em Angola. A eleição do Presidente em Angola é realizada por todo o povo, com capacidade eleitoral, e na África do Sul é o Parlamento que desempenha tal papel. Em Angola os votos têm o mesmo peso em qualquer ponto da sua geografia, mas nos Estados Unidos da América há geografias em que o seu voto é diferenciado...

Enfim, esta é uma situação que pode ser esclarecida com o tempo e, sobretudo, com estudos, com a escola.

Percebemos que a cultura política em Angola também ainda é baixa, que é preciso exigir mais da sociedade e dos intelectuais, em particular. Hoje o problema é que em Angola, mesmo intelectuais se acomodam com conhecimentos básicos ou em nada fundados. Existe uma certa 'preguiça' em conhecer bem as coisas. Portanto, precisamos de mais educação para se fazer crescer a democracia em Angola e acontecer a sua consolidação. Esta é tarefa de todos e acontece especialmente se se investe na escola. Assim, neste quesito, como sói dizer-se, é um privilégio ser-se professor mas é também uma grande responsabilidade. O trabalho é mesmo ingente, sobretudo porque na prática do dia-a-dia, tem-se a política como algo 'banal' e que nem é preciso fazer esforço de estudar para se conhecer melhor. Em muitos quadrantes não se imagina até que existe a ciência política. Fala-se muito 'à toa' neste pormenor. E é triste verem-se intelectuais com tais atitudes.

De facto, como entender, depois de toda essa história atribulada do país, falar-se, por exemplo, de justiça, liberdade, transparência, direitos humanos, bem comum, informação e comunicação isenta, enfim, de ética, etc.? É que é preciso fundamentar, mostrar, exemplificar e apontar para aquilo que é 'certo', aquilo que pode servir de base para se construir o país dos novos sonhos, o país diferente daquilo que à primeira vista se vê actualmente. É preciso, portanto, agora adiantar um pouco mais o trabalho que está bastante atrasado, com muita gente a não querer imiscuir-se na empreitada, entretanto disposta a criticar, quase a dar a entender que as coisas devem acontecer 'automaticamente'.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do *excursus* feito é perceptível o desafio que fica, especialmente para os estudiosos e para aqueles que também têm a nobre missão de instruir e educar os outros, os professores. Mas também para os governantes, aliás, estes sairão das mãos dos professores. Todos devem aceitar o repto de maior aprofundamento da 'realidade democracia' porque ela, tendo como base os direitos humanos, nas suas mais variadas perspectivas, encaminha os intelectuais e professores a assumirem os desafios para crescerem na vida particular e comunitária. Portanto, este estudo foi uma bela oportunidade para a valorização da grande conquista que a comunidade humana vai fazendo há mais de 2400 anos, desde os primórdios da democracia, até aos mais variados modelos na vida moderna, que a dinâmica das sociedades vai fazendo surgir e nas mais variadas geografias.

Naturalmente que este trabalho tem as suas limitações, senão nem seria mesmo científico. Portanto, não é um trabalho acabado. Por isso continua a preocupação com futuras actualizações. Uma das grandes limitações é a falta de grandes estudos nesta temática encarnados no nosso contexto angolano. De facto, esta é uma temática desafiadora e actual é muito exigente, sobretudo quando se tem presente que a doutrina democrática é uma daquelas áreas muito dinâmicas na sua conceitualização pois tem a ver com a vida no dia a dia. A democracia passa pela vida particular dos cidadãos para se tornar no sistema político que se idealiza.

REFERÊNCIAS

- Andrade, J. P. (2008). "O processo de transição em Angola", enquadramento regional e internacional. Em Vidal, N & Andrade, J. *Sociedade civil e política em Angola. Enquadramento regional e internacional* (pp. 41-52). Luanda e Lisboa : Firmamento.
- Bobbio, N. (1995). *Il futuro della democrazia*. Torino: Einaudi.
- Bobbio, N. (2015). *Democracia e segredo*. São Paulo: Unesp.
- Buonomo, V. (1997). *I diritti umani nelle relazioni internazionali: la normativa e la prassi delle Nazioni Unite*. Roma: Pontificia Università Lateranense.
- Coelho, L. L. (2020). O respeito pela democracia. Acesso em 14 de 4 de 2024, disponível em In <https://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/146>
- Costa, J. C., & Figueiredo, E. H. L. (2019). O estudo crítico de Joseph Schumpeter sobre a democracia contemporânea: Breves considerações. *Revista Caribena de Ciências Sociais*, Septiembre -ISSN: 2254-7630.
- Del Negri, A. (2020). Uma reflexão sobre a democracia. Acesso em 14 de 4 de 2024, disponível em Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-jun-13/diario-classe-reflexao-democracia>
- Filho, A. P. (2018). Teoria contemporânea da democracia: as visões de Schumpeter e Dahl, (pdf). Acesso em 19 de 05 de 2024, disponível

em <https://www.passeidireto.com/arquivo/49205293/teoria-contemporanea-da-democracia-as-visoes-de-schumpeter-e-dahl>

Hilário, E. C. (2014). *A institucionalização das autarquias em Angola: análise dos pressupostos constitucionais*. Luanda: Edições de Angola.

Jay, A. (1999). *Dictionary of political quotations*. Oxford: Oxford University Press.

Lo Presti, A. (2011). “L’idea di fraternità e il dibattito attuale sui fondamenti della democrazia”. *Seminario “Fraternidad, Democracia e Instituciones”*. Pontificia Universidad Católica de Chile.

Pestana, N. (2011). *Relatório social de Angola 2010, Centro de Estudos de Investigação Científica*. Luanda: Universidade de Angola,.

República de Angola. (2000). *Lei de Revisão Constitucional (Colecção Faculdade de Direito – UAN)*. Luanda: Lito Tipo.

República de Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional.

Sanches, E., Serra-Silva, S. P., & Boio, D. (2020). *O desenvolvimento da democracia em angola: a perceção dos especialistas. Policy Brief*. Lisboa : Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais.

Sartori, G. (1992). “Democrazia” . Em *Enciclopedia delle scienze sociali* (Vol. 2, p. N.A). Roma: Instituto della Enciclopedia Italiana.

Sartori, G. (1994). *A teoria da democracia revisitada* (Vol. I). São Paulo: Ática.

Sartori, G. (2000). *Democrazia: cosa è* (5ª ed.). Milano: Il Mulino, Superbur Saggi.

Sartori, G. (2020). *La democrazia in trenta lezioni*. Milano: Mondatori.

Schumpeter, J. A. (1984). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. . Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Sen, A. (2010). *La democrazia degli altri. Perché la libertà non è un’invenzione dell’Occidente*. Milano: Mondatori.